

30 SET 1986

Iniquidade e realidade

Dinda
G&G

CORREIO BRAZILIENSE

Não é de hoje a constatação de que o Brasil, ao lado da maioria das nações do chamado Terceiro Mundo, transformou-se em um dos principais países exportadores de capital. Não é uma sangria que possa, ao curso dos anos, funcionar como terapia para os males conjunturais do sistema econômico. É antes de tudo uma transusão financeira em favor dos vasos comunicantes do crédito internacional, com ostensivos privilégios para as nações industrializadas. Portanto, trata-se de processo expropriador das riquezas nacionais, fundado em uma causa nem sempre corretamente avaliada: a dívida externa.

Faz-se essas considerações a título de preâmbulo às revelações do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, na reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional. Ali, face a face dos dirigentes desse organismo, inclusive de seu personagem dominante, o diretor-gerente Jacques de Larosière, o representante brasileiro alinhavou as contas que demonstram a expropriação de recursos brasileiros. De fato, nos últimos três anos o Brasil enviou ao exterior nada menos de 44,5 bilhões de dólares, no atendimento às rubricas de amortização da dívida, pagamento de juros e remessa de lucros.

No mesmo período, ingressaram no País apenas 10,6 bilhões de dólares. Em consequência, o Brasil contribui para elevar as taxas de enriquecimento das nações prestadoras de capital com algo em torno de 34 bilhões de dólares. Os números, na sua frieza, não ocultam, contudo, os termos profundamente injustos que susten-

tam as relações financeiras internacionais, em prejuízo dos países subdesenvolvidos e daqueles outros em processo de economia emergente, como o Brasil.

Ora, a transferência para as nações industrializadas de importância dessa grandeza e em um período de três anos constitui verdadeira iniquidade contra o Brasil. E isto porque esse volume de recursos seria suficiente para eliminar alguns dos mais graves dilemas sociais, como, por exemplo, as epidemias de fome que costumam ocorrer no Nordeste nas épocas de seca.

Não pleiteia o Brasil a complacência dos credores ou privilégios no tratamento de seus compromissos internacionais. Conforme Funaro exibiu perante o sistema financeiro internacional reunido em Washington, em sessão plenária do Fundo, os indicadores tratam justamente o contrário, isto é, que o Brasil é alvo de uma hemorragia econômica injustificável e, já agora, inaceitável. Deseja tão-somente erradicar do cenário internacional uma correlação de forças que inibe a prosperidade das nações menos afortunadas e as condena a conviver com toda a sorte de tragédias sociais.

A proposta brasileira estabelece parâmetros nítidos e ajustados à indole de um sistema financeiro que, para preservar-se e erguer-se com autoridade perante os seus associados, necessita ser justo e tocado pelo sentido da fraternidade entre os povos. Limita-se pelas carências nacionais, com predominância para a acumulação de poupanças indispensáveis ao financiamento da prosperidade interna, e ajusta-se aos interesses

gerais dos credores, na medida em que lhes destina somas anuais significativas para a amortização do principal e satisfação dos juros. Quanto a esse último aspecto, o comprometimento de 2,5 por cento das receitas cambiais do País para resgate das parcelas e serviços da dívida guarda perfeita coerência com todos os interesses em jogo.

No particular à cobrança de spread (taxas de risco), sempre convém repisar o caráter absurdo dessa exigência. O Brasil não é um risco internacional. É antes, pela dimensão de sua presença no conjunto das nações ocidentais, um instrumento para maior garantia dos fluxos financeiros internacionais. Não se pode criar um argumento que torne inexistente essa realidade concreta: colocado entre as dez primeiras nações industrializadas do mundo e com todos os seus compromissos rigorosamente em dia o Brasil não oferece risco algum à estabilidade das relações financeiras mundiais. Como, então, justificar a imposição de taxas de risco a um país portador de títulos os mais consistentes de credibilidade?

Parece haver soado a hora para os credores se comporem em torno de uma proposta filiada à realidade, com o abandono da idéia antiquada e irreal de que o Brasil é um parceiro de segunda classe. Até porque, não irá ele aguardar uma remota e improvável reforma do sistema financeiro internacional para ter as suas razões reconhecidas. Como dizia Lord Keynes, a longo prazo todos estamos mortos.